

*Conselho Nacional de Justiça*  
**TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2010**

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (Processo nº 336.697).**

**A UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 07.421.906/0001-29, doravante denominado **COMPROMITENTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **Helena Yaeco Fujita Azuma**, RG nº 3.714.235-5 SSP/SP e CPF 135.525.038-20, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº 88, de 4 de maio de 2010 e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas “al” e “an” da Portaria nº 112, de 4 de junho de 2010 e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede na Av. Praia de Belas, 799, Bairro Praia de Belas – Porto Alegre/RS, Cep: 90.110-001, tel.: (51) 3214-1056, CNPJ 89.522.064/0002-47, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representado pelo Presidente, Desembargador **Geraldo Anastácio Brandeburski**, RG 8.005.253.409 – SSP/RS e CPF 008.641.450-04, com fulcro na Lei nº 8.666/93 e

**CONSIDERANDO** as estratégias nacionais do Poder Judiciário, quais sejam: i) Buscar a Excelência na Gestão Operacional; ii) Facilitar o Acesso a Justiça; e iii) Garantir a Disponibilidade de Sistemas Essenciais de Tecnologia da Informação, bem como a Agilidade nos Trâmites Judiciais;

**CONSIDERANDO** a imprescindibilidade de reduzir o congestionamento de processos no Primeiro Grau de Jurisdição;

**CONSIDERANDO** a necessidade de prover, com infra-estrutura tecnológica adequada, às Varas de Execução Penal, Criminais, Fazenda Pública, Infância e Juventude, Cíveis, de Família e os Juizados Especiais,

**CONSIDERANDO** o atendimento ao dispositivo constitucional de distribuição imediata dos processos;

**CONSIDERANDO** as recomendações do Tribunal de Contas da União contidas no Acórdão 1603/2008 – Plenário; e

*Geraldo Anastácio Brandeburski*

*B*



# Conselho Nacional de Justiça

**CONSIDERANDO** a necessidade de implantar o projeto de Modernização do Judiciário e o processo eletrônico, garantindo efetividade à Lei 11.419/2006,

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, conforme as cláusulas a seguir enumeradas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Compromisso o estabelecimento de critérios para doação e utilização de equipamentos de Tecnologia da Informação.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO

I – O **COMPROMISSÁRIO** destinará os equipamentos exclusivamente a uma ou mais das seguintes aplicações:

I.I – Sistema de automação processual de Primeiro Grau de Jurisdição utilizado em:

- a) Varas de Execução Penal;
- b) Varas Criminais;
- c) Varas de Fazenda Pública;
- d) Varas de Infância e Juventude;
- e) Varas Cíveis
- f) Varas de Família
- g) Juizados Especiais;
- h) Serviços de Custas Judiciais;
- i) Serviços de Distribuição;

I.II – Serviços Judiciais realizados nos Juizados Itinerantes;

I.III – Serviços de Conciliação;

I.IV – Núcleos de Execução Penal das Defensorias Públicas do Estado.

Neste caso, os bens serão transferidos por meio da cessão de uso.

I.V - Iniciativas ou projetos catalogados pelo CNJ e que estejam alinhados às estratégias nacionais.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

O **COMPROMISSÁRIO** que destinar os equipamentos para uso:

a) nas Varas Criminais, compromete-se a melhorar os critérios de controle das prisões cautelares;

b) nas Varas de Execução Penal, compromete-se a estudar a viabilidade de uso do Sistema de Acompanhamento de Penas – “VEC Virtual”.

*Assinado*

*b*



## Conselho Nacional de Justiça

c) na automação processual, buscará utilizá-los em sistemas que ofereçam, no mínimo, suporte aos seguintes serviços: distribuição, gestão dos atos proferidos pelos magistrados, comunicações judiciais, gestão da movimentação processual.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a esse Compromisso devem ser feitos por escrito.

### CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Compromisso será acompanhada por gestor especialmente designado pelo **COMPROMITENTE**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário para sua fiel execução.

### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

É competente o foro da Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir questões oriundas deste Compromisso.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Termo de Compromisso será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, pelo **CNJ** de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei n.º 11.419/2006, combinado com o parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/1993.

Assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente Compromisso em 2 (duas) vias.

Brasília-DF, 17 de agosto de 2010.

Pelo **COMPROMITENTE**

  
Helena Yaeco Fujita Azuma  
Diretora-Geral

Pelo **COMPROMISSÁRIO**

  
Geraldo Anastácio Brandeburski,  
Presidente

